



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

### TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

O **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**, por intermédio dos membros do Ministério Público ora signatários, designados pela Portaria PGR/MPU n° 3, de 19/01/2015, atualizada pela Portaria PGR/MPU n° 4, de 17/01/2017, e **FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**, doravante denominado **COLABORADOR**, sexo masculino, brasileiro, RG 3.960.789 SSP-PR, CPF 545.102.019-15, endereço à Rua João Moura, n° 1.499, CEP 05412-003, Bairro Pinheiro, São Paulo, SP, atuando em causa própria, formalizam acordo de colaboração premiada nos seguintes termos.

#### I - Base Jurídica

**Cláusula 1ª.** O presente acordo funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 4º a 7º da Lei 12.850/2013, nos artigos 13 a 15 da Lei n. 9.807/99, no art. 1º, §5º, da Lei 9.613/98, no art. 26 da Convenção de Palermo e no art. 37 da Convenção de Mérida.

**Cláusula 2ª.** O presente acordo atende aos interesses do **COLABORADOR**, nos termos do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, dos artigos 5º e 6º, ambos da Lei n° 12.850/2013, e das cláusulas a seguir alinhavadas. Atende, de igual modo, ao interesse público, na medida em que confere efetividade à persecução criminal de outros suspeitos, amplia e aprofunda investigações de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Administração Pública, de lavagem de dinheiro e de organização criminosa relacionados ao grupo empresarial J & F, bem como auxilia na apuração da repercussão desses ilícitos penais nas esferas civil, tributária, administrativa, inclusive administrativa sancionadora, e disciplinar.

#### II - Do Objeto



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

**Cláusula 3ª.** O presente acordo tem por objeto todos os fatos ilícitos praticados pelo **COLABORADOR** até a data da assinatura deste Termo, assim como todos os fatos ilícitos que sejam de seu conhecimento, os quais estão explicitados nos anexos que compõem e integram este Acordo.

**Parágrafo 1º.** O objeto do presente acordo, descrito nos anexos, será pormenorizado e complementado pelo **COLABORADOR** após a assinatura deste instrumento, por meio de depoimentos e fornecimento e indicação de meios de prova.

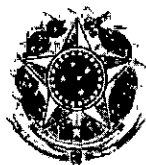
**Parágrafo 2º.** O **COLABORADOR** terá o prazo máximo de 120 dias contados da assinatura do acordo para apresentar novos anexos, desde que não seja caracterizada má-fé na sua omissão.

**Parágrafo 3º.** Identificado fato ilícito praticado pelo **COLABORADOR** que não tenha sido descrito nos anexos que integram este acordo, inclusive após o transcurso do prazo fixado no parágrafo anterior, o Procurador-Geral da República poderá repactuar a presente avença ou rescindi-la, submetendo, em qualquer caso, ao Juízo homologatório.

### III - Proposta do Ministério Público Federal

**Cláusula 4ª.** Considerados os antecedentes e a personalidade do **COLABORADOR**, bem como a gravidade dos fatos por eles praticados e a repercussão social dos fatos criminosos, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para o recebimento dos benefícios, desde que efetivamente sejam obtidos os resultados previstos nos incisos I, II, III ou IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 12.850/2013, o **Procurador-Geral da República**, em relação aos fatos apresentados nos anexos fornecidos nesta data, objeto de investigação criminal já em curso ou que poderá ser instaurada em decorrência da presente colaboração, oferecerá ao **COLABORADOR** o benefício legal do não oferecimento de denúncia, nos termos do art. 4º, §4º, da Lei 12.850/2013.

**Parágrafo único.** No caso de existirem investigação criminal e/ou denúncias já oferecidas em face do colaborador, em outros órgãos do Ministério Público, relacionadas a alguns dos temas dos anexos, o Procurador-Geral da República



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

comunicará o conteúdo deste acordo ao membro do Ministério Público oficiante para fins de seu cumprimento, que, no caso das investigações, será a imunidade, e no caso de denúncia já oferecida, o perdão judicial.

**Clausula 5ª.** O COLABORADOR compromete-se a pagar, a título de multa, o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil de reais), a ser destinado no percentual de 80% (oitenta por cento) à União e no percentual de 20% (vinte por cento) ao ressarcimento dos bens jurídicos ofendidos pelo crime de lavagem de dinheiro, nos termos do art. 4º, da Lei 9.613/98, a serem pagos no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da data de assinatura deste acordo.

**Parágrafo único.** O valor da multa deverá ser depositado em conta judicial vinculada ao Juízo de homologação.

**Cláusula 6ª.** O COLABORADOR apresenta, nos APENSOS deste Acordo, declaração de todo seu patrimônio, em nome próprio ou de terceiros (pessoas físicas, jurídicas, offshores, trustes, etc.).

**Cláusula 7ª.** Caso o COLABORADOR desista do acordo antes de sua homologação judicial ou em caso de não homologação judicial, as provas por ele produzidas não poderão ser utilizadas em seu desfavor.

**Cláusula 8ª.** Caso o COLABORADOR, por si ou por seu procurador, solicitem medidas para garantia da sua segurança ou da segurança da sua família, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Juízo competente adotarão as providências necessárias para a sua inclusão imediata no programa federal de proteção ao depoente especial, com as garantias previstas nos artigos 8 e 15 da Lei nº 9.807/99.

**Cláusula 9ª.** As partes poderão recorrer de sentenças referentes aos fatos constantes nos anexos desse instrumento apenas naquilo que extrapolar os parâmetros deste acordo, prejudicados os recursos já interpostos com objetos diversos.



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

### IV - Condições da Proposta

**Cláusula 10.** Para que o presente acordo possa produzir os benefícios nele relacionados, especialmente os constantes na cláusula 4ª, a colaboração deve ser voluntária, ampla, efetiva, eficaz e conducente aos seguintes resultados:

- a) a identificação dos autores, coautores, partícipes das diversas organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento, notadamente aquelas sob investigação em decorrência de crimes relacionados nos anexos deste acordo, bem como à identificação e à comprovação das infrações penais por eles praticadas, que sejam ou que venham a ser do seu conhecimento, inclusive agentes políticos que tenham praticado ilícitos penais ou deles participado;
- b) a revelação da estrutura hierárquica e a divisão de tarefas das organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento;
- c) a recuperação total ou parcial do produto e/ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa de que tenha ou venha a ter conhecimento, tanto no Brasil quanto no exterior;
- d) a identificação de pessoas físicas e jurídicas utilizadas pelas organizações criminosas supramencionadas para a prática de ilícitos penais; ou
- e) ao fornecimento de documentos e outras provas materiais, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos deste acordo;
- f) o entrega de extratos bancários de contas, objeto das investigações, no exterior até a presente data, salvo impossibilidade material de acesso a essas informações devidamente comprovada pelo **COLABORADOR**;

**Cláusula 11.** Para tanto, o **COLABORADOR** obrigar-se-á, sem malícia ou reservas mentais, a:

- a) esclarecer espontaneamente todos os esquemas criminosos de que tenham conhecimento, especialmente aqueles apontados nos anexos deste acordo, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis;
- b) falar a verdade incondicionalmente, em todas as investigações criminais, disciplinares e tributárias, além de ações penais em que doravante venham a ser



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

chamados a depor na condição de testemunha ou interrogado, nos limites deste acordo;

c) falar a verdade incondicionalmente, em todas as investigações cíveis e administrativas em que doravante venham a ser chamados a depor na condição de testemunha ou interrogado, nos limites deste acordo, observados o disposto na cláusula atinente à validade da prova;

d) cooperar sempre que solicitados, mediante comparecimento pessoal sob suas expensas a qualquer das sedes do **Ministério Público Federal**, do Departamento de Polícia Federal ou da Receita Federal do Brasil, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial que sejam objeto da presente colaboração;

e) entregar todos os documentos, papéis, escritos, fotografias, banco de dados, arquivos eletrônicos, etc., de que disponha, quer estejam em seu poder, quer sob a guarda de terceiros sob suas ordens, e que possam contribuir a juízo do **Ministério Público Federal**, para a elucidação dos crimes que são objeto da presente colaboração;

f) não impugnar, por qualquer meio, este acordo, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais estejam envolvidos, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial, decorrente do descumprimento do acordo ou da lei pelo **Ministério Público Federal** ou pelo Poder Judiciário;

g) afastar-se de atividades criminosas, especificamente não vindo mais a contribuir, de qualquer forma, com as atividades das organizações criminosas ora investigadas ou de outros partícipes ou co-autores dos ilícitos objeto deste acordo;

h) comunicar imediatamente ao **Procurador-Geral da República** caso seja contatado por qualquer dos demais integrantes das organizações criminosas acima referidas ou por outros partícipes ou co-autores dos ilícitos objeto deste acordo;

i) informar, quando requerido, senhas, logins, contas e outros dados necessários para acessar contas de correio eletrônico e dispositivos eletrônicos utilizados pelo **COLABORADOR**, nos fatos objeto do presente acordo, inclusive fornecendo autorização para autoridades nacionais ou estrangeiras acessarem essas contas e dispositivos;

i) identificar em até 15 (quinze) dias após a assinatura do presente acordo e entregar os respectivos extratos de contas controladas pelo **COLABORADOR**,



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

no Brasil ou no exterior, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo, ainda que para tanto necessite de colaboração de terceiros, às suas expensas;

j) indicar em anexo próprio e manter atualizado números de telefone e endereços eletrônicos próprio e de seu advogado constituído, nos quais o **COLABORADOR** poderá ser notificado para atender no prazo estabelecido pelo **Ministério Público Federal** a qualquer finalidade visando ao pleno cumprimento do acordo;

l) fornecer ao **Ministério Público Federal**, quando requerido, informações e documentação acerca de todas as contas bancárias e telefônicas, bem como, no último caso, autorizações necessárias para que o **Ministério Público Federal** as obtenha diretamente;

m) colaborar amplamente com o **Ministério Público Federal** e com outros Órgãos e autoridades públicas, inclusive a Receita Federal do Brasil e autoridades estrangeiras indicadas pelo **Ministério Público Federal** no que diga respeito aos fatos do presente acordo.

**Cláusula 12.** O **COLABORADOR** fornecerá ao **Ministério Público Federal** e a outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **Ministério Público Federal**, quando requerido, todos os dados de sua movimentação financeira no Brasil e no exterior, o que inclui, exemplificativamente, todos os documentos cadastrais, extratos, cartões de assinaturas, dados relativos a cartões de crédito, aplicações e identificação de depositantes e beneficiários de transações financeiras, mesmo que as contas não estejam em seu nome e sim no de pessoas físicas ou jurídicas interpostas ou de estruturas patrimoniais personalizadas, tais como empresas *offshore*, *trusts*, fundações pessoais, procuradores, comissários ou agentes, ainda que informalmente constituídos, ou ainda familiares.

**Parágrafo 1º.** Se, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento, não forem fornecidos ao solicitante as informações e documentos tratados no *caput*, o **COLABORADOR** autorizará o **Ministério Público Federal** ou outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **Ministério Público Federal** a acessarem e obterem diretamente tais informações e documentos.

**Parágrafo 2º.** O **COLABORADOR** assinará termo específico para os fins do *caput*, bem como desde logo renuncia, para a mesma finalidade, ao sigilo deste



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

acordo, limitada a exibição às instituições financeiras relevantes, desde que também se comprometam a respeitar o sigilo no que diz respeito a terceiros.

**Cláusula 13.** A enumeração de casos específicos nos quais se reclama a colaboração não tem caráter exaustivo, tendo o **COLABORADOR** o dever geral de cooperar com o **Ministério Público** e com outras autoridades públicas por este apontadas, para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados com o objeto deste acordo.

**Cláusula 14.** O **COLABORADOR** e a sua defesa técnica não receberão cópia dos depoimentos prestados pelo **COLABORADOR** enquanto o Acordo permanecer sob sigilo, resguardado o direito de receber, a cada depoimento, atestado de que prestou declarações em determinado dia e horário.

**Cláusula 15.** Cada anexo deste acordo, assinado pelo **COLABORADOR**, diz respeito a um fato típico, ou a um grupo de fatos típicos, em relação ao qual o **COLABORADOR** prestará depoimentos, bem como fornecerá provas em seu poder e indicará diligências que possam ser empregadas para a sua apuração.

**Cláusula 16.** O sigilo estrito das declarações será mantido enquanto necessário à efetividade das investigações em curso, inclusive quanto ao teor do próprio anexo, a juízo do **Ministério Público Federal**, do Poder Judiciário, nos termos do enunciado sumular vinculante de nº 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

**Cláusula 17.** Os depoimentos colhidos serão registrados em três vias, uma das quais será entregue à defesa técnica do **COLABORADOR** somente após a homologação do acordo.

#### IV - Validade da Prova.

**Cláusula 18.** A prova obtida mediante o presente acordo será utilizada validamente para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos



## Ministério Público Federal

### PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

administrativos criminais, medidas cautelares, ações penais, ações cíveis e de improbidade administrativa e inquéritos civis, podendo ser emprestada também aos Ministérios Públicos dos Estados, à Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Banco Central do Brasil, à Controladoria-geral da União, ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE e a outros órgãos, inclusive de países e entidades estrangeiras, para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis, administrativos, inclusive disciplinares, de responsabilidade bem como qualquer outro procedimento público de apuração dos fatos, mesmo que rescindido este acordo, salvo se essa rescisão se der por descumprimento desta avença por exclusiva responsabilidade do **Ministério Público Federal**.

**Parágrafo Primeiro.** O **Ministério Público Federal** somente compartilhará os dados, depoimentos, informações e provas com autoridade estrangeira para uso em face do **COLABORADOR**, ou prestará cooperação jurídica internacional para tal finalidade, se a autoridade estrangeira firmar acordo de colaboração específico com o **COLABORADOR** ou lhe fizer proposta formal de acordo cujas condições e o efeito exoneratório sejam, no mínimo, equivalentes aos do presente acordo.

**Parágrafo Segundo.** O acordo mencionado no parágrafo anterior poderá ser dispensado caso a autoridade estrangeira se comprometa, por escrito, de forma válida, segundo a lei brasileira, a respeitar integralmente os termos deste acordo.

**Parágrafo Terceiro.** O compartilhamento das provas produzidas neste acordo para fins de utilização nas esferas cíveis e administrativas não poderá ser feito em prejuízo do próprio colaborador.

**V - Renúncia à Garantia contra a Autoincriminação e ao Direito ao Silêncio.**

**Cláusula 19.** Ao assinar o acordo de colaboração premiada, na presença de seu advogado, ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, o **COLABORADOR** a eles renuncia, nos termos do art. 4º, §14º, da Lei nº 12.850/2013, em especial no que tange aos depoimentos que vier





# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

a prestar no âmbito da colaboração ora pactuada, estando ele sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade sobre o que vier a lhe ser perguntado.

Parágrafo único.

### VI - Imprescindibilidade de defesa técnica.

**Cláusula 20.** Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pelo **COLABORADOR**, assistido por seus defensores.

**Parágrafo único.** Nos termos do art. 40, §15º, da Lei nº 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, o **COLABORADOR** deverá estar assistido por ao menos um de seus defensores

### VII - Cláusula de Sigilo.

**Cláusula 21.** Nos termos do art. 70, §3º, da Lei nº 12.850/2013, as partes comprometem-se a preservar o sigilo sobre o presente acordo, seus anexos, depoimentos e provas obtidas, o qual será levantado por ocasião do recebimento da(s) denúncia(s), ou da execução de medida(s) cautelare(s) restritiva(s) de direito de terceiro(s) e exclusivamente em relação aos fatos nela(s) contemplados, ou por decisão motivada do Ministério Público Federal.

**Parágrafo único** – O **Ministério Público Federal** poderá requerer o levantamento imediato do sigilo sobre o acordo ou os depoimentos tomados por escrito e/ou por meio de recursos audiovisuais, se assim recomendarem as circunstâncias, a segurança do **COLABORADOR** e de seus familiares ou, independentemente de motivação, com a anuência escrita do **COLABORADOR**, manifestada por seu defensor constituído.

**Cláusula 22.** As partes signatárias se comprometem a preservar o sigilo do



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

presente acordo e de seus anexos perante qualquer autoridade distinta do **Ministério Público Federal**, do Poder Judiciário e do Departamento de Polícia Federal, enquanto o primeiro entender que a publicidade prejudicará a efetividade das investigações.

**Cláusula 23.** Dentre os defensores do **COLABORADOR**, somente terão acesso ao presente acordo e às informações dele decorrentes os signatários do presente termo ou os advogados que forem por estes substabelecidos com esta específica finalidade.

### VIII - Homologação Judicial

**Cláusula 24.** Para ter eficácia, o presente termo de colaboração será submetido ao Supremo Tribunal Federal, competente para a apreciação dos fatos relatados em função do acordo, acompanhado das declarações do **COLABORADOR** e de cópia das principais peças da investigação até então existentes, nos termos do art. 4º, §7º, da Lei nº 12.850/2013, para homologação.

### IX - Rescisão

**Cláusula 25.** O acordo perderá efeito, considerando-se rescindido, nas seguintes hipóteses:

- a) se o **COLABORADOR** descumprir, sem justificativa, qualquer dos dispositivos deste acordo;
- b) se o **COLABORADOR** mentir ou omitir, total ou parcialmente, em relação a fatos ilícitos que praticou, participou ou tem conhecimento;
- c) se o **COLABORADOR** recusar-se a prestar qualquer informação relacionada ao objeto deste acordo de que tenha conhecimento;
- d) se o **COLABORADOR** recusar-se a entregar documento, prova ou senha que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, salvo se, diante da eventual impossi-



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

bilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, o **COLABORADOR** indicar ao **Ministério Público Federal** a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido para a adoção das providências cabíveis;

e) se ficar provado que, após a celebração do acordo, o **COLABORADOR** sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade, assim como fatos ilícitos de que tivesse conhecimento;

f) se o **COLABORADOR** vier a praticar qualquer outro crime doloso da mesma natureza dos fatos em apuração após a homologação judicial desse acordo;

g) se o **COLABORADOR** fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça;

h) se o sigilo a respeito deste acordo for quebrado por parte do **COLABORADOR**;

i) se o **COLABORADOR**, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste acordo;

j) se o **COLABORADOR**, podendo, não quitar nos prazos estabelecidos nesse acordo as multas nele previstas;

**Cláusula 26.** Em caso de rescisão do acordo por sua responsabilidade exclusiva, o **COLABORADOR** perderá automaticamente direito aos benefícios que lhe forem concedidos em virtude da cooperação com o **Ministério Público Federal**, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que houver apresentado, bem como válidos quaisquer valores pagos ou devidos a título de multa.

**Cláusula 27.** Se a rescisão for imputável ao **Ministério Público Federal**, o **COLABORADOR** poderá, a seu critério, fazer cessar a cooperação, preservados os benefícios já concedidos e as provas já produzidas.

**Cláusula 28.** O **COLABORADOR** fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizados pelo crime previsto no art. 19 da Lei 12.850/2013, cuja pena é de reclusão, de 1(um) a



# Ministério Público Federal

## PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

4(quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste acordo.

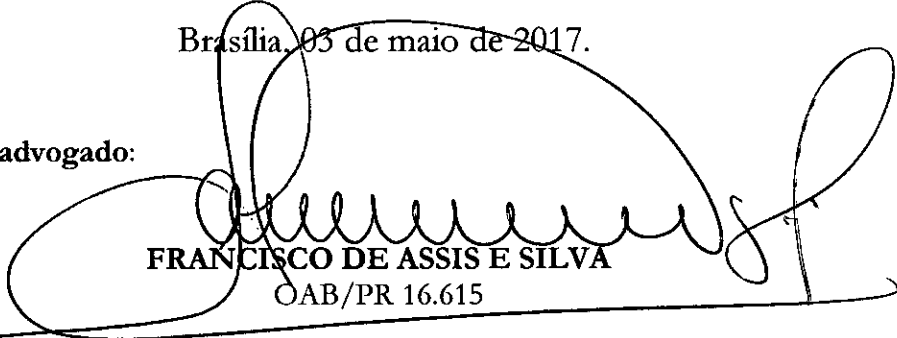
### X - Declaração de aceitação.

**Cláusula 29.** Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 12.850/2013, o **COLABORADOR**, assistidos por seu defensor, declara a aceitação ao presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente acordo de colaboração premiada.

E assim, lido e achado conforme o presente pré-acordo, vai assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam todos os correspondentes efeitos jurídicos.

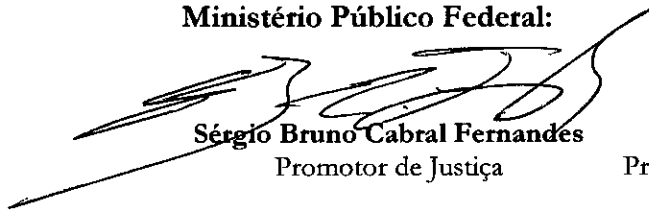
Brasília, 03 de maio de 2017.

Colaborador e advogado:

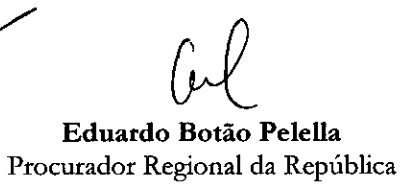


**FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**  
OAB/PR 16.615


Ministério Público Federal:



**Sérgio Bruno Cabral Fernandes**  
Promotor de Justiça



**Eduardo Botão Pelella**  
Procurador Regional da República



**Fernando Antônio de A. A. de Oliveira Júnior**  
Procurador da República

**Ronaldo Pinheiro de Queiroz**  
Procurador Regional da República

**Daniel de Resende Salgado**  
Procurador da República

5/10



**Ministério Público Federal**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

ANEXOS

*[Handwritten signature]*

# ANEXOS

- ( ) 1 a 10 Joesley Mendonça
- ~~( )~~ 11 – Joesley e Francisco
- ( ) 12 a 18 – Joesley Mendonça
- ( ) 19 – Valdir, Wesley e Joesley
- ( ) 20 – Wesley e Joesley
- ( ) 21 – Valdir, Wesley e Joesley
- ( ) 22 a 24 – Wesley Mendonça
- ( ) 25 a 35 – Ricardo Saud
- ( ) 36 – Ricardo Saud e Joesley
- ( ) 37 e 38 – Ricardo Saud
- ( ) 39 e 40 – Valdir Boni
- ( ) 41 – Demilton Castro
- ( ) 42 – Florisvaldo Oliveira

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot

Wesley Mendonça Batista, Joesley Mendonça Batista, Francisco de Assis e Silva, Ricardo Saud, Florisvaldo Caetano de Oliveira, Valdir Aparecido Boni e Demilton Antonio de Castro, vem, por seu advogado, relativamente aos termos de autodeclaração e anexos apresentados a V. Exa., esclarecer o que se segue.

Estão sendo apresentados, por força da celebração de acordo de colaboração premiada com a Procuradoria-Geral da República, 41 (quarenta e um) *termos de colaboração* e 41 (quarenta e um) *anexos*, versando sobre as condutas objeto do referido acordo.

Os anexos apresentados versam sobre os seguintes temas: 1) BNDES; 2) Guido Mantega – outros temas; 3) Fundos de pensão; 4) A interação com Lucio Funaro – CEF/FI-FGTS; 5) Eduardo Cunha e Lucio Funaro/Ministério da Agricultura; 6) A conta-corrente – Lucio Funaro; 7) A interação com Eduardo Cunha – Renovação da desoneração da folha de pagamento; 8) Eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados; 9) Fatos especialmente corroborados por elementos especiais de prova/Michel Temer; 10) Fatos especialmente corroborados por elementos especiais de prova/Aecio Neves; 11) Willer Tomaz/Angelo Goulart; 12) Marcos Pereira – PRB; 13) João Bacelar; 14) João Vaccari/Guilherme Gushiken; 15) Marta Suplicy; 16) José Serra; 17) Antonio Palocci; 18) Guido Mantega/Banco Rural-Original/Troca de chumbo; 19) Mato Grosso; 20) Ceará; 21) Mato Grosso do Sul; 22) Funaro; 23) Gilberto Kassab; 25) A distribuição das propinas nos esquemas BNDES e BNDES-Fundos de pensão; 26) Compra de partidos para a coligação; 27) Gilberto Kassab; 28) Fernando Pimentel-mensalinho; 29) Raimundo Colombo; 30) Delcídio do Amaral; 31) Temer; 32) Aecio Neves; 33) Eunício Oliveira; 34) Sergio Cabral; 35) Robson Faria e Fabio Faria; 36) Partidos e políticos que receberam pagamentos,



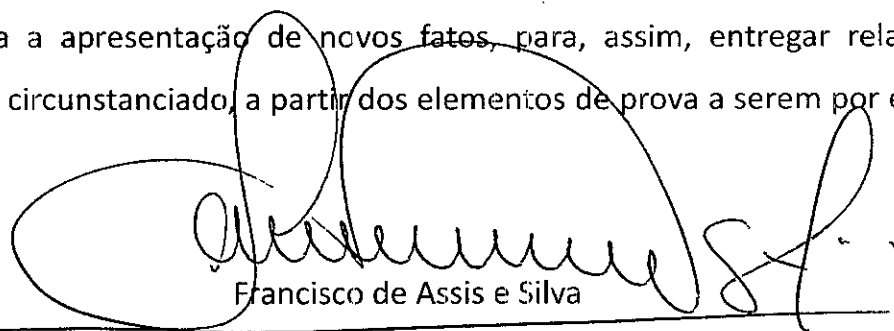
17

contabilizados ou não, sem ajuste de atos de ofício; 37) Luiz Fernando Emediato; 38) Marco Aurelio Carvalho; 39) Rondonia; 40) Agilização para homologação de créditos tributários legítimos – SP; 41) Doleiros – e fluxo de operação para pagamento em dinheiro; 42) Geração de pagamento em espécie.

Já os termos de colaboração (autodeclaração) foram apresentados da seguinte forma:

- I) Joesley Batista – do número 1 ao número 13 e números 39 a 41;
- II) Wesley Batista – do número 14 ao número 18;
- III) Ricardo Saud – do número 20 ao número 32;
- IV) Valdir Boni – do número 33 ao número 36;
- V) Demilton Antonio de Castro – número 37;
- VI) Florisvaldo Caetano de Oliveira – número 38;
- VII) Francisco de Assis Silva – número 42.

Observe-se que não foram apresentados o anexo 24 e o termo de declaração 19, que dizem respeito ao Serviço de Inspeção Federal. Isso porque, quando da tomada de depoimento de Wesley Batista, envolvido nas condutas objeto do anexo em questão, restou evidenciado que o colaborador não dispunha ainda de elementos suficientes de forma a embasar o relato integral dos fatos. Foi, então, o depoimento interrompido, preferindo o colaborador se valer do prazo de 120 (cento e vinte) dias previsto no acordo de colaboração celebrado para a apresentação de novos fatos, para, assim, entregar relato substancioso e circunstanciado, a partir dos elementos de prova a serem por ele colhidos.



Francisco de Assis e Silva

OAB/PR 16.615

BSB/05/05/2017



JB

ANEXO 11

JOESLEY BATISTA E FRANCISCO DE ASSIS

WILLER TOMAZ / ANGELO GOULART

Em meio às operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono, JB foi apresentado por seu amigo André Gustavo ao advogado Juliano Costa Couto, que foi referido por sua proximidade com o Juiz Substituto da 10ª Vara Federal em Brasília, Ricardo Augusto Soares Leite. Juliano Costa Couto, por sua vez, apresentou JB ao advogado Willer Tomaz, referindo-o como sendo quem de fato tinha tal proximidade. A apresentação de JB ao advogado Willer Tomaz ocorreu em 14 ou 15/2/2017, em Brasília, no escritório deste, situado na QI 3, Conjunto 1; FAS estava presente.

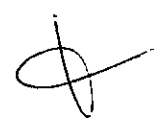
No dia seguinte ao da apresentação, JB, FAS e os advogados Juliano Costa Couto e Willer Tomaz almoçaram em Brasília, no escritório do último. Na conversa, que discutiu a atuação de Willer Tomaz, JB definiu como meta deste advogado aproximar FAS do Juiz Ricardo Augusto. Encerrado o almoço, uma vez a sós, JB ordenou a FAS que iniciasse a contratação de Willer Tomaz para a Operação Greenfield, já havendo JB, inclusive, pactuado o valor dos honorários.

FAS especificou que a contratação se fizesse pela empresa Eldorado, que ainda não tinha representação própria nos autos. Foi a primeira vez, em toda a carreira de FAS, em que ele efetuou contratação sem pactuar, ele próprio, os honorários.

Em 22/2/2017, nas primeiras horas da tarde, FAS reuniu-se com Willer Tomaz no escritório deste em Brasília para nivelamento de informação sobre o processo. Na ocasião, sem prévio ajuste, Willer Tomaz anunciou que apresentaria a FAS um amigo seu Procurador da República, “muito gente boa” e que deveria vir a compor a “Força-Tarefa do Anselmo”. Ato seguido adentrou a sala pessoa que lhe foi apresentada como sendo Angelo Goulart. FAS se apresentou como líder da área jurídica do Grupo JBS e, depois de rápidas amenidades, passou a explicar a questão subjacente à Operação Greenfield, salientando que o que mais o preocupava era o tema do valuation da empresa Florestal, porque o MPF partia de uma premissa equivocada. Angelo Goulart comentou que trabalhava no TSE, mas que era “amigo do Anselmo e o conhecia muito”.

FAS ficou muito incomodado com a presença de Angelo Goulart, mas, como havia pedido do MPF pendente de apreciação, não pôde deixar de aproveitar a oportunidade para tentar convencer.

Willer Tomaz, depois que Angelo Goulart se retirou, disse: “vou dar um dinheirinho para ele, coisa de cinquenta mil reais por mês.” FAS não acreditou, imaginando que pudesse ser algum argumento para inflar honorários, mas nada disse a respeito.



No dia seguinte, ao se encontrar com JB, FAS reportou, assustado: “pô, meu, o cara me enfiou um Procurador da República dentro da sala!”. FAS reportou, inclusive, que Willer Tomaz disse que pagaria um mensalinho ao Procurador da República, ao que JB respondeu: “sério? Isso é bravata de advogado para cobrar mais caro”.

Willer Tomaz passou, então, a efetuar o trabalho processual, que, inclusive, era de excelente qualidade. Mas esse trabalho até o momento não rendeu resultados processuais favoráveis. Nesse ínterim, FAS conseguiu abrir tratativas de colaboração premiada com a PGR e, em 14/3/2017, assumiu, nos autos, compromissos à guisa de acordo com a PRDF (PR Anselmo Cordeiro). Por isso, FAS se afastou momentaneamente de Willer Tomaz.

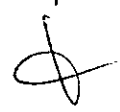
Por volta do dia 17/3/2017, Willer Tomaz telefonou para FAS e pediu encontro urgente. Quem foi ao encontro, que ocorreu em Brasília, no Hangar da empresa Ícaro, no dia seguinte, é JB. Na ocasião, Willer Tomaz reproduziu gravação de uma reunião realizada poucos dias antes no gabinete do Procurador da República Anselmo Cordeiro, informando que quem gravara foi Angelo Goulart. JB conseguiu gravar clandestinamente o conteúdo da gravação enquanto ela era reproduzida. Em 5/4/2017, na sede da JBS, em São Paulo, em reunião com Mario Celso Lopes e seu filho, Mario Celso Lincoln Lopes, este confirmou que Angelo Goulart estava presente na reunião cujo conteúdo gravado JB conseguira gravar. A reunião de 5/4/2017 também foi gravada.

Em 23/3/2017, Willer Tomaz encaminhou a FAS, pelo aplicativo Telegram, imagem da Portaria 239, de 20 de março de 2017, do Procurador-Geral da República, que inclui os Procuradores Angelo Goulart Villela, Guilherme Augusto Velmovistky Van Hombeck e Hebert Reis Mesquita em designação efetuada por portaria anterior. FAS, embora não entendesse as questões de atribuição veiculadas na portaria, depreendeu que Willer Tomaz se referia à designação de Angelo Goulart Villela para “a Força-Tarefa do Anselmo”.

Em 24/3/2017, FAS foi ao escritório de Willer Tomaz em Brasília para uma reunião de trabalho, a qual foi gravada. Na ocasião, Willer Tomaz confirmou, diante de indagação específica de FAS, que estava pagando propina para Angelo Goulart e que Angelo estaria “com a gente o tempo todo” e entregou a FAS quatro relatórios apócrifos de reuniões, ao que se depreende do texto, havidas em 30 e 31/3/2017, de interesse e/ou com a participação da “Força-Tarefa do Anselmo”, uma sobre Petrobras, outra com a CVM, outra com Petros e a quarta da própria FT da Geenfield, Sépsis e Cui Bono.

Depois dessa reunião, Willer Tomaz passou cerca de duas semanas sendo pouco solícito, sem responder a ligações.

Em 19/4/2017, Willer Tomaz fez chamada em facetime com FAS, e ao lado do primeiro apareceu Angelo Goulart. A conversa foi apenas protocolar, uma troca de cumprimentos.



# TERMOS DE COLABORAÇÕES (UNILATERAIS)

- ( ) TC Unilateral 1 a 13 e TC 39 a 41 – JOESLEY MENDONÇA
- ( ) TC Unilateral 14 a 19 – WESLEY MENDONÇA
- ( ) TC Unilateral 20 a 32 – RICARDO SAUD
- ( ) TC Unilateral 33 a 36 – VALDIR BONI
- ( ) TC Unilateral 37 – DEMILTON CASTRO
- ( ) TC Unilateral 38 – FLORISVALDO OLIVEIRA
- ( ) TC Unilateral 42 – FRANCISCO SILVA

23p

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 42**

**FRANCISCO DE ASSIS SILVA**

**REF. ANEXO 11 "WILLER TOMAZ/ANGELO GOULART"**

QUE em meio às operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono, JB foi apresentado por seu amigo André Gustavo ao advogado Juliano Costa Couto, que foi referido por sua proximidade com o Juiz Substituto da 10ª Vara Federal em Brasília, Ricardo Augusto Soares Leite; QUE Juliano Costa Couto, por sua vez, apresentou JB ao advogado Willer Tomaz, referindo-o como sendo quem de fato tinha tal proximidade; QUE a apresentação de JB ao advogado Willer Tomaz ocorreu em 14 ou 15/2/2017, em Brasília, no escritório deste, situado na QI 3, Conjunto 1; QUE o depoente estava presente; QUE no dia seguinte ao da apresentação, JB, o depoente e os advogados Juliano Costa Couto e Willer Tomaz almoçaram em Brasília, no escritório do último; QUE na conversa, que discutiu a atuação de Willer Tomaz, JB definiu como meta deste advogado aproximar o depoente do Juiz Ricardo Augusto; QUE encerrado o almoço, uma vez a sós, JB pediu ao depoente que iniciasse a contratação de Willer Tomaz para a Operação Greenfield, já havendo JB, inclusive, pactuado o valor dos honorários; QUE o depoente especificou que a contratação se fizesse pela empresa Eldorado, que ainda não tinha representação própria nos autos; QUE foi a primeira vez, em toda a carreira do depoente, em que ele efetuou contratação sem pactuar, ele próprio, os honorários; QUE em 22/2/2017, nas primeiras horas da tarde, o depoente reuniu-se com Willer Tomaz no escritório deste em Brasília para nivelamento de informação sobre o processo; QUE na ocasião, sem prévio ajuste, Willer Tomaz anunciou que apresentaria ao depoente um amigo seu Procurador da República, "muito gente boa" e que deveria vir a compor a "Força-Tarefa do Anselmo"; QUE ato seguido adentrou a sala pessoa que lhe foi apresentada como sendo Angelo Goulart; QUE o depoente se apresentou como líder da área jurídica do Grupo JBS e, depois de rápidas amenidades, passou a explicar a questão subjacente à Operação Greenfield, salientando que o que mais o preocupava era o tema do valuation da empresa Florestal, porque o MPF partia de uma premissa equivocada; QUE Angelo Goulart comentou que trabalhava no TSE, mas que era "amigo do Anselmo e o conhecia muito"; QUE o depoente ficou muito incomodado com a presença de Angelo Goulart, mas, como havia pedido do MPF pendente de apreciação, não pôde deixar de aproveitar a oportunidade para tentar convencer; QUE Willer Tomaz, depois que Angelo Goulart se retirou, disse: "vou dar um dinheirinho para ele, coisa de cinquenta mil reais por mês."; QUE o depoente não acreditou, imaginando que pudesse ser algum argumento para inflar honorários, mas nada disse a respeito; QUE no dia seguinte, ao se encontrar com JB, o depoente reportou, assustado: "pô, meu, o cara me enfiou um Procurador da República dentro da sala!"; QUE o depoente reportou, inclusive, que Willer Tomaz disse que pagaria um mensalinho ao Procurador da República, ao que JB respondeu: "sério? Isso é bravata de advogado para cobrar mais caro"; QUE Willer

A.

Tomaz passou, então, a efetuar o trabalho processual, que, inclusive, era de excelente qualidade; QUE no entanto esse trabalho até o momento não rendeu resultados processuais favoráveis; QUE nesse ínterim, o depoente conseguiu abrir tratativas de colaboração premiada com a PGR e, em 14/3/2017, assumiu, nos autos, compromissos à guisa de acordo com a PRDF (PR Anselmo Cordeiro); QUE por isso, o depoente se afastou momentaneamente de Willer Tomaz; QUE por volta do dia 17/3/2017, Willer Tomaz telefonou para o depoente e pediu encontro urgente; QUE JB foi ao encontro, que ocorreu em Brasília, no Hangar da empresa Ícaro, no dia seguinte, em lugar do depoente; QUE na ocasião, Willer Tomaz reproduziu gravação de uma reunião realizada poucos dias antes no gabinete do Procurador da República Anselmo Cordeiro, informando que quem gravara foi Angelo Goulart; QUE em 23/3/2017, Willer Tomaz encaminhou ao depoente, pelo aplicativo Telegram, imagem da Portaria 239, de 20 de março de 2017, do Procurador-Geral da República, que inclui os Procuradores Angelo Goulart Villela, Guilherme Augusto Velmovistky Van Hombeck e Hebert Reis Mesquita em designação efetuada por portaria anterior; QUE o depoente, embora não entendesse as questões de atribuição veiculadas na portaria, depreendeu que Willer Tomaz se referia à designação de Angelo Goulart Villela para “a Força-Tarefa do Anselmo”; QUE em 24/3/2017, o depoente foi ao escritório de Willer Tomaz em Brasília para uma reunião de trabalho, a qual foi gravada; QUE na ocasião, Willer Tomaz confirmou, diante de indagação específica do depoente, que estava pagando propina para Angelo Goulart e que Angelo estaria “com a gente o tempo todo” e entregou ao depoente quatro relatórios apócrifos de reuniões, ao que se depreende do texto, havidas em 30 e 31/3/2017, de interesse e/ou com a participação da “Força-Tarefa do Anselmo”, uma sobre Petrobras, outra com a CVM, outra com Petros e a quarta da própria FT da Geenfield, Sépsis e Cui Bono; QUE depois dessa reunião, Willer Tomaz passou cerca de duas semanas sendo pouco solícito, sem responder a ligações; QUE em 19/4/2017, Willer Tomaz fez chamada em facetime com o depoente, e ao lado do primeiro apareceu Angelo Goulart; QUE a conversa foi apenas protocolar, uma troca de cumprimentos.

# IRPF EXERCICIO 2017

FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

**NOME:** FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

**CPF:** 545.102.019-15

**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL**

**IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**  
**EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

Nome: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA CPF: 545.102.019-15  
Data de Nascimento: 25/03/1965 Título Eleitoral: 015421050680  
Possui cônjuge ou companheiro(a)? Sim CPF do cônjuge ou companheiro(a): 505.056.619-34  
Houve mudança de endereço? Sim  
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não  
Endereço: Rua Joao Moura Número: 1499  
Complemento: Bairro/Distrito: Pinheiros  
Município: São Paulo UF: SP  
CEP: 05412-003 DDD/Telefone: (11) 3151-3981  
E-mail: francisco.deassis@jbs.com.br DDD/Celular:  
Natureza da Ocupação: 01 - Empregado de empresa do setor privado, exceto de instituições financeiras  
Ocupação Principal: 241 Advogado  
Registro profissional: OAB 16615  
Tipo de declaração: Declaração de Ajuste Anual Original  
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2016: 112856629384

**DEPENDENTES**

| CÓDIGO                           | NOME                                     | DATA DE NASCIMENTO | CPF            |
|----------------------------------|--|--------------------|----------------|
| 11                               | CARLA MARIA LEWEK DE QUEIROS E SILVA     | 15/10/1967         | 505.056.619-34 |
| 21                               | VICTORIA HELENA QUEIROS DE ASSIS E SILVA | 07/04/1997         | 434.172.168-26 |
| 21                               | SOPHIA HELENA QUEIROS DE ASSIS E SILVA   | 07/10/2003         | 434.172.238-73 |
| TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES |  |                    | 6.825,24       |

**ALIMENTANDOS**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR**

(Valores em Reais)

| NOME DA FONTE PAGADORA                  | REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA | CONTR. PREVID. OFICIAL | IMPOSTO RETIDO NA FONTE | 13º SALÁRIO      | IRRF SOBRE 13º SALÁRIO |
|---|----------------------------------|------------------------|-------------------------|------------------|------------------------|
| JBS S/A<br>CNPJ/CPF: 02.916.265/0001-60 | 1.228.508,01                     | 6.792,69               | 315.159,79              | 73.486,21        | 26.674,96              |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>1.228.508,01</b>              | <b>6.792,69</b>        | <b>315.159,79</b>       | <b>73.486,21</b> | <b>26.674,96</b>       |

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES**

Sem informações

25p

NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

01. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, exceto médico-residente ou Pronatec, exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem contraprestação de serviços 0,00

02. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas, recebidas por médico-residente e por servidor da rede pública de educação profissional, científica e tecnológica que participe das atividades do Pronatec 0,00

03. Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente 0,00

04. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS 0,00

05. Ganho de capital na alienação de bem, direito ou conjunto de bens ou direitos da mesma natureza, alienados em um mesmo mês, de valor total de alienação até R\$ 20.000,00, para ações alienadas no mercado de câmbio, e R\$ 35.000,00, nos demais casos. 0,00

06. Ganho de capital na alienação do único imóvel por valor igual ou inferior a R\$ 440.000,00 e que, nos últimos 5 anos, não tenha efetuado nenhuma outra alienação de imóvel 0,00

07. Ganho de capital na venda de imóveis residenciais para aquisição, no prazo de 180 dias, de imóveis residenciais localizados no Brasil e redução sobre o ganho de capital 0,00

08. Ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie cujo total de alienações, no ano-calendário, seja igual ou inferior ao equivalente a US\$ 5.000,00 0,00

09. Lucros e dividendos recebidos 0,00

10. Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais 0,00

11. Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço 0,00

12. Rendimentos de cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCP e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI) 611.988,46

| Beneficiário | CPF            | CNPJ da Fonte Pagadora | Nome da Fonte Pagadora | Valor      |
|--------------|----------------|------------------------|------------------------|------------|
| Titular      | 545.102.019-15 | 90.400.888/0001-42     | BANCO SANTANDER S/A    | 230.327,11 |
| Titular      | 545.102.019-15 | 92.894.922/0001-08     | BANCO ORIGINAL         | 279.814,99 |
| Dependente   | 505.056.619-34 | 90.400.888/0001-42     | BANCO SANTANDER S/A    | 101.846,36 |

13. Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados 0,00

14. Transferências patrimoniais - doações e heranças 0,00

15. Parcela não tributável correspondente à atividade rural 0,00

16. Imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário 0,00

17. 75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais 0,00



NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

|   |           |
|---|-----------|
| 18. Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações   | 0,00      |
| 19. Transferências patrimoniais - meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar   | 0,00      |
| 20. Ganhos líquidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores nas alienações realizadas até R\$ 20.000,00, em cada mês, para o conjunto de ações | 0,00      |
| 21. Ganhos líquidos em operações com ouro, ativo financeiro, nas alienações realizadas até R\$ 20.000,00 em cada mês  | 0,00      |
| 22. Recuperação de prejuízos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário)                               | 0,00      |
| 23. Rendimento bruto, até o máximo de 90%, da prestação de serviços decorrente do transporte de carga e com trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados      | 0,00      |
| 24. Rendimento bruto, até o máximo de 40%, da prestação de serviços decorrente do transporte de passageiros   | 0,00      |
| 25. Restituição do imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores  | 42.144,11 |

26. Outros 534.387,37

| Beneficiário | CPF            | CPF/CNPJ da Fonte Pagadora | Nome da Fonte Pagadora | Descrição                | Valor      |
|--------------|----------------|----------------------------|------------------------|--------------------------|------------|
| Titular      | 545.102.019-15 | 02.916.265/0001-60         | JBS S/A                | diárias e ajuda de custo | 489.868,90 |
| Titular      | 545.102.019-15 | 02.916.265/0001-60         | JBS S/A                | abono                    | 44.518,47  |

**TOTAL** 1.188.519,94

**RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA** (Valores em Reais)

|  |           |
|--|-----------|
| 01. 13º salário  | 73.486,21 |
| 02. Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos   | 0,00      |
| 03. Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira                            | 0,00      |
| 04. Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie   | 0,00      |
| 05. Ganhos líquidos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário) | 0,00      |

06. Rendimentos de aplicações financeiras 120.648,80

| Beneficiário | CPF            | CNPJ da Fonte Pagadora | Nome da Fonte Pagadora | Valor      |
|--------------|----------------|------------------------|------------------------|------------|
| Titular      | 545.102.019-15 | 90.400.888/0001-42     | BANCO SANTANDER S/A    | 946,84     |
| Titular      | 545.102.019-15 | 07.221.678/0001-43     | ITAU                   | 1.152,74   |
| Dependente   | 505.056.619-34 | 90.400.888/0001-42     | BANCO SANTANDER S/A    | 118.549,22 |

07. Rendimentos recebidos acumuladamente 0,00

08. 13º salário recebido pelos dependentes 0,00

09. Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes 0,00

10. Juros sobre capital próprio 0,00

11. Participação nos lucros ou resultados 1.090.812,22

| Beneficiário | CPF            | CNPJ da Fonte Pagadora | Nome da Fonte Pagadora | Valor        |
|--------------|----------------|------------------------|------------------------|--------------|
| Titular      | 545.102.019-15 | 02.916.265/0001-60     | JBS S/A                | 1.090.812,22 |

27p

NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

12. Outros 0,00

TOTAL 1.284.947,23

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO (Valores em Reais)

|  |            |
|--|------------|
| 01. Imposto complementar   | 0,00       |
| 02. Imposto pago no exterior pelo titular e pelos dependentes      | 0,00       |
| Imposto devido com os rendimentos no exterior                      | 0,00       |
| Imposto devido sem os rendimentos no exterior                      | 0,00       |
| Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal) | 0,00       |
| 03. Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004)               | 0,00       |
| 04. Imposto retido na fonte do titular                             | 315.159,79 |
| 05. Imposto retido na fonte dos dependentes                        | 0,00       |
| 06. Carnê-Leão do titular  | 0,00       |
| 07. Carnê-Leão dos dependentes                                     | 0,00       |

PAGAMENTOS EFETUADOS (Valores em Reais)

| CÓD.   | NOME DO BENEFICIÁRIO                    | CPF/CNPJ do Beneficiário | NIT EMPREGADO DOMESTICO | VALOR PAGO | PARC. NÃO DEDUTÍVEL |
|--|---|--------------------------|-------------------------|------------|---------------------|
| Titular  |   |                          |                         |            |                     |
| 01   | FUNDACAO SAO PAULO PUC                  | 60.990.751/0001-24       |                         | 5.400,04   | 0,00                |
| 36   | ZURICK SANTANDER BRASIL                 | 87.376.109/0001-06       |                         | 130.000,00 | 0,00                |
| 21   | Silvestre & Passerotti Servicos Medicos | 04.985.121/0001-90       |                         | 600,00     | 0,00                |
| 36   | ZURICK SANTANDER BRASIL                 | 87.376.109/0001-06       |                         | 130.000,00 | 0,00                |
| Dependente: CARLA MARIA LEWEK DE QUEIROS E SILVA |   |                          |                         |            |                     |
| 21   | BIOCORP SERVICOS MEDICOS LTDA           | 07.088.922/0001-41       |                         | 4.800,00   | 0,00                |
| 21   | Instituto Wanna Medicina Ltda           | 06.206.174/0001-91       |                         | 10.690,27  | 0,00                |
| 21   | CUTIS CARE ASSISTENCIA MEDICA LTDA      | 20.619.746/0001-95       |                         | 6.500,00   | 0,00                |

28p

NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA  
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

| CÓD. | NOME DO BENEFICIÁRIO            | CPF/CNPJ do Beneficiário | NIT EMPREGADO DOMESTICO | VALOR PAGO | PARC. NÃO DEDUTÍVEL |
|------|---------------------------------|--------------------------|-------------------------|------------|---------------------|
| 21   | Biohirata Servicos Medicos Ltda | 02.075.049/0001-39       |                         | 15.000,00  | 0,00                |
| 21   | MLM Etika Servicos Medicos      | 06.272.949/0001-27       |                         | 1.850,00   | 0,00                |

Dependente: SOPHIA HELENA QUEIROS DE ASSIS E SILVA

|    |                                       |                    |  |           |      |
|----|---------------------------------------|--------------------|--|-----------|------|
| 01 | FUNDACAO DE ROTARIANO DE SAO DE PAULO | 61.370.094/0001-85 |  | 32.500,00 | 0,00 |
| 11 | GRAZIELLA YAKANDAR JABBOUR GARCIA     | 272.496.968-58     |  | 3.600,00  | 0,00 |

Dependente: VICTORIA HELENA QUEIROS DE ASSIS E SILVA

|    |   |                    |  |            |      |
|----|---|--------------------|--|------------|------|
| 02 | SCHOOL VISUAL OF ARTS                                       |                    |  | 196.758,00 | 0,00 |
| 21 | Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficiencia Santa Cruz | 60.552.098/0001-11 |  | 2.309,73   | 0,00 |
| 21 | Vivid Consultorios de Medicina Preventiva Ltda              | 17.609.035/0001-25 |  | 4.796,55   | 0,00 |
| 21 | Casalino & Palermo Servico Medicos Ltda                     | 20.825.091/0001-01 |  | 400,00     | 0,00 |
| 21 | Elaine Oliveira Dias  | 15.460.707/0001-58 |  | 1.010,00   | 0,00 |

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO   | SITUAÇÃO EM |            |
|--------|---|-------------|------------|
|        |   | 31/12/2015  | 31/12/2016 |
| 01     | APTO LA VIE ROSE 102, ADQUIRIDO DE MORO CONSTRUCOES LTDA<br>105 - Brasil  | 84.663,27   | 84.663,27  |
| 01     | IMOVEL NA RUA MARQUES DO PARANA 274 - APTO 401, PAGAMENTO DE 56 MIL REAIS DE PENHORA PARA LIBERACAO DA MATRICULA<br>105 - Brasil              | 205.000,00  | 205.000,00 |
| 14     | AREA RURAL C 12.700 M2 EM SAO JOSE DOS PINHAIS - PARANA, IMPLANTADO BENFEITORIAS NO TERRENO EM 2014 NO VALOR DE 100 MIL REAIS<br>105 - Brasil | 2.000,00    | 2.000,00   |
| 12     | CASA RESIDENCIAL OBJETO DA MATRICULA 48.274 DO RI DE COLOMBO - PR   | 20.000,00   | 20.000,00  |

NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO  | SITUAÇÃO EM  |              |
|--------|--|--------------|--------------|
|        |  | 31/12/2015   | 31/12/2016   |
|        | 105 - Brasil   |              |              |
| 32     | COTAS SOCIAIS DAS FAS PARTICIPACOES LTDA NO VALOR DE R\$ 2.159.000,00 ASSIM DISTRIBUIDAS: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA 21.590 COTAS, CARLA MARIA LEWEK DE QUEIROS E SILVA 1.079.500 COTAS, VICTORIA HELENA QUEIROS DE ASSIS E SILVA 528.955 COTAS E SOPHIA HELENA QUEIROS DE ASSIS E SILVA 528.955 COTAS<br>105 - Brasil | 2.159.000,00 | 2.159.000,00 |
| 32     | 50.000 COTAS DA EMPRESA QUEIROS ASSIS E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS NA PROPORCAO DE 49.500 COTAS PARA FRANCISCO DE ASSIS E SILVA E 500 COTAS PARA CARLA AMARIA LEWEK DE QUEIROS E SILVA<br>105 - Brasil   | 50.000,00    | 50.000,00    |
| 1      | LOTE DE TERRENO EM MATINHOS REGISTRADO NO RI DE SAO JOSE DOS PINHAS<br>105 - Brasil  | 5.000,00     | 5.000,00     |
| 32     | 12,50% DE 42.612,50 COTAS DA EMPRESA QUEWEK PARTICIPACOES LTDA CNPJ 10.599.723/0001-02 NO VALOR DE R\$1,00 CADA COTA<br>105 - Brasil   | 5.326,56     | 5.326,56     |
| 01     | IMOVEL ADQUIRIDO DE DE MARIA CRISTINA SOARES PINTO NA RUA DEP. JOAQUIM PEDROSO, 946. APTO 302 BLOCO 02<br>105 - Brasil   | 133.462,00   | 133.462,00   |
| 11     | APTO 704 NO ED CONQUEST ADQUIRIDO DA MRV OBJETO DA MATRICULA 49.101 DO 3 RI DE CTBA/PR NO VALOR INICIAL DE 20.928,00 E COM O REMANESCENTE DE R\$ 132.536,00 FINANCIADO EM 120 MESES COM PRESTACAO MENSAL DE R\$ 2.213,20<br>105 - Brasil   | 122.320,44   | 144.323,99   |
| 01     | APTO 604 NO EDIFICIO CONQUEST DA MRV NO VALOR INICIAL DE R\$ 21.133,00 E SALDO DE R\$ 133.536,00 FINANCIADO PELO SANTANDER EM 120 MESES COM PARCELA MENSAL DE R\$ 2.213,80<br>105 - Brasil   | 123.559,24   | 145.380,07   |
| 21     | VEICULO CLIO 2011/2011 COMPRADO EM 12.2011 PELO VALOR DE R\$ 14.000, 00 DE ENTRADA MAIS 48 PARCELA DE R\$ 401,56<br>105 - Brasil   | 33.274,88    | 38.093,60    |
| 21     | CRV PLACA AQS 0035 ADQUIRIDO DE LUCIMARA MENDES TRAMONTINI<br>105 - Brasil   | 120.000,00   | 120.000,00   |
| 61     | SALDO NA CONTA CORRENTE DA CEF<br>105 - Brasil   | 44,92        | 86,77        |
| 79     | FUNDO DE INVESTIMENTOS NA CEF<br>105 - Brasil  | 436,13       | 0,00         |
| 45     | LCI NO SANTANDER<br>105 - Brasil   | 1.853.766,01 | 760.000,00   |

NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

## DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO  | SITUAÇÃO EM |              |
|--------|--|-------------|--------------|
|        |  | 31/12/2015  | 31/12/2016   |
| 97     | VGBL ITAU<br>105 - Brasil  | 280.789,62  | 280.789,62   |
| 45     | LCA BANCO ORIGINAL<br>105 - Brasil   | 0,00        | 279.814,99   |
| 79     | FUNDO DE PENSÃO SANTANDER PGBL<br>105 - Brasil   | 911.361,01  | 1.175.167,89 |
| 49     | APLICAÇÃO RENDA FIXA SANTANDER<br>105 - Brasil   | 18.733,42   | 946,84       |
| 97     | SALDO EM VGBL ZURICH SANTANDER SEGURO E PREVIDENCIA SA<br>105 - Brasil   | 365.000,00  | 765.000,00   |
| 11     | COND. SOLAR DOS CHOREOS<br>105 - Brasil  | 200.000,00  | 200.000,00   |
| 49     | APLICAÇÃO FINANCEIRA SANTANDER<br>105 - Brasil   | 432.712,28  | 0,00         |
| 12     | IMÓVEL RESIDENCIAL RUA JOAO MOURA 1499- SP SP FINANCIADO JUNTO AO BANCO ITAU, CONTRATO 101-296181/0 VALOR DO FINANCIAMENTO, VENDIDO A FAS NO ANO DE 2015 E DESFEITO O NEGOCIO NO JANEIRO DE 2016, REASSUMINDO O SALDO DEVEDOR.<br>105 - Brasil | 0,00        | 2.123.199,89 |
| 97     | VGBL EM, NOME DO DEPENDENTE CARLA MARIA LEWEK DE QUEIROS E SILVA 50505661934<br>105 - Brasil   | 430.000,00  | 1.130.000,00 |

|       |  |              |              |
|-------|--|--------------|--------------|
| TOTAL |  | 7.556.449,78 | 9.827.255,49 |
|-------|--|--------------|--------------|

## DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(Valores em Reais)

| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO  | SITUAÇÃO EM |              | VALOR PAGO EM 2016 |
|--------|--|-------------|--------------|--------------------|
|        |  | 31/12/2015  | 31/12/2016   |                    |
| 12     | FINANCIAMENTO DE IMÓVEL NO SANTANDER CONTRATO 01000070340923000529 | 164.710,81  | 367.882,38   | 91.634,37          |
| 11     | EMPRESTIMO BANCARIO SANTANDER                                      | 393.099,29  | 367.882,38   | 91.634,37          |
| 11     | CREDIPERSONALITE ITAU UNIBANCO S/A                                 | 55.577,28   | 0,00         | 0,00               |
| 11     | CI CONTRATO 01000070218923000249 SANTANDER                         | 164.710,81  | 140.025,01   | 43.824,38          |
| 12     | FINANCIAMENTO DO IMÓVEL CONTRATO 101-296181-0                      | 0,00        | 1.551.987,73 | 188.451,22         |
| 11     | CREDIPERSONNALITTE DA BANCO ITAU CONTRATO 00000022441141           | 21.434,28   | 7.896,84     | 13.537,44          |

34p

NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

**DÍVIDAS E ÔNUS REAIS**

(Valores em Reais)

| CÓDIGO DISCRIMINAÇÃO | SITUAÇÃO EM<br>31/12/2015 | SITUAÇÃO EM<br>31/12/2016 | VALOR PAGO EM<br>2016 |
|----------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|
| TOTAL                | 799.532,47                | 2.435.674,34              | 429.081,78            |

**ESPÓLIO**

Sem informações

**DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS**

Sem informações

**DOAÇÕES DIRETAMENTE NA DECLARAÇÃO - ECA**

Sem informações

NOME: FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RESUMO TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO AS DEDUÇÕES LEGAIS

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

|   |                     |
|---|---------------------|
| Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular             | 1.228.508,01        |
| Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes        | 0,00                |
| Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular      | 0,00                |
| Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes | 0,00                |
| Recebidos acumuladamente pelo titular                 | 0,00                |
| Recebidos acumuladamente pelos dependentes            | 0,00                |
| Resultado tributável da Atividade Rural               | 0,00                |
| <b>TOTAL</b>  | <b>1.228.508,01</b> |

DEDUÇÕES

|   |                   |
|---|-------------------|
| Contribuição à previdência oficial e à previdência complementar pública (até o limite do patrocinador)            | 6.792,69          |
| Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)   | 0,00              |
| Contribuição à previdência complementar, pública (acima do limite do patrocinador) ou privada, e Fapi Dependentes | 147.420,96        |
| Despesas com instrução  | 6.825,24          |
| Despesas médicas  | 10.684,50         |
| Pensão alimentícia judicial   | 51.556,55         |
| Pensão alimentícia por escritura pública  | 0,00              |
| Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)  | 0,00              |
| Livro caixa   | 0,00              |
| <b>TOTAL</b>  | <b>223.279,94</b> |

IMPOSTO DEVIDO

|   |              |
|---|--------------|
| Base de cálculo do imposto              | 1.005.228,07 |
| Imposto devido                          | 266.005,39   |
| Dedução de incentivo                    | 0,00         |
| Imposto devido I                        | 266.005,39   |
| Contribuição Prev. Empregador Doméstico | 0,00         |
| Imposto devido II                       | 266.005,39   |
| Imposto devido RRA                      | 0,00         |
| Total do imposto devido                 | 266.005,39   |

IMPOSTO A RESTITUIR

SALDO DE IMPOSTO A PAGAR 0,00

PARCELAMENTO

Valor da quota  
Número de Quotas

IMPOSTO PAGO

|  |            |
|--|------------|
| Imposto retido na fonte do titular           | 315.159,79 |
| Imposto retido na fonte dos dependentes      | 0,00       |
| Carnê-Leão do titular                        | 0,00       |
| Carnê-Leão dos dependentes                   | 0,00       |
| Imposto complementar                         | 0,00       |
| Imposto pago no exterior                     | 0,00       |
| Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004) | 0,00       |
| Imposto retido RRA                           | 0,00       |
| Total do imposto pago                        | 315.159,79 |

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

|                    |         |
|--------------------|---------|
| Banco              | 341     |
| Agência (sem DV)   | 9646    |
| Conta para crédito | 29551 0 |

**NOME:** FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

**CPF:** 545.102.019-15

**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL**

**IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**

**EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016**

**EVOLUÇÃO PATRIMONIAL**

|                                    |              |
|------------------------------------|--------------|
| Bens e direitos em 31/12/2015      | 7.556.449,78 |
| Bens e direitos em 31/12/2016      | 9.827.255,49 |
| Dívidas e ônus reais em 31/12/2015 | 799.532,47   |
| Dívidas e ônus reais em 31/12/2016 | 2.435.674,34 |

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

|  |              |
|--|--------------|
| Rendimentos isentos e não tributáveis  | 1.188.519,94 |
| Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva   | 1.284.947,23 |
| Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa                                       | 0,00         |
| Depósitos judiciais do imposto   | 0,00         |
| Imposto pago sobre Ganhos de Capital   | 0,00         |
| Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras         | 0,00         |
| Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte | 0,00         |
| Imposto pago sobre Renda Variável  | 0,00         |
| Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos  | 0,00         |
| Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie                            | 0,00         |
| Imposto diferido dos Ganhos de Capital   | 0,00         |
| Imposto devido sobre Ganhos de Capital   | 0,00         |
| Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável   | 0,00         |
| Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras     | 0,00         |



●

# TERMOS DE DEPOIMENTOS

01

● FRANCISCO DE ASSIS E SILVA



**TERMO DE DEPOIMENTO**

que presta **FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**

Aos 27 dias do mês de abril de 2017, na cidade de Brasília/DF; na sede da Procuradoria-Geral da República, presentes os membros do Ministério Público Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior, Sérgio Bruno Cabral Fernandes e Eduardo Botão Pelella, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pelo Procurador-Geral da República por meio da Portaria PGR/MPU de nº 3, de 19/1/2015 e atualizações, e o advogado **FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**, OAB/PR 16.615, com endereço profissional na Rua Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, representado neste ato em causa própria, porque foi referido em declaração de depoimento anterior prestado por seu cliente, pretende esclarecer, de maneira espontânea, os seguintes fatos: Que efetivamente o assunto começa quando um amigo do Joesley apresenta para o depoente um advogado, Juliano Costa Couto, atual presidente da OAB/DF; Que encontrou com Juliano, tomou um café da manhã sobre temas jurídicos, conversa profissional; Que isso foi logo depois da Greenfield; Que depois, em alguns dias, André amigo do Joesley indagou se o Juliano iria ou não trabalhar com eles; Que antes de encerrar o ano foi feito um termo de garantia com a Greenfield e passou o fim do ano relativamente tranquilo; no início do ano o MPF pede novas medidas cautelares contra o Joesley e contra a Eldorado, como bloqueio de bens, prejudicando a situação jurídica da empresa; Que pedem também a suspensão de 100 por cento da diretoria da Eldorado, que criaria um caos; Que ai volta em cena o amigo do André, que seria amigo do juiz da 10 vara; Que então o Joesley marca uma reunião para encontrar o Juliano, mas este estaria o esperando no escritório do Willer Tomaz; Que conheceu o advogado Tomaz neste dia, em 13 ou 14 de



fevereiro de 2017; Que o advogado Tomaz explicou o trabalho do escritório, como atuaria, que seria discreto e eficaz; Que nessa reunião ele fala sobre o relacionamento íntimo com o juiz Ricardo, asseverando que não haveria promiscuidade, que nunca tinha saído da linha ética; Que relatou a reunião para o Joesley, que avaliou ser um bom escritório; Que no dia seguinte em Brasília tentou se entender com os advogados, a estratégia jurídica, que talvez fosse dia 14 ou 15 de fevereiro; Que volta com o Juliano Costa Couto e Joesley ao escritório do Tomaz e novamente é falado do relacionamento deste com o juiz Ricardo; Que houve um almoço e depois foi discutir honorários; Que a proposta foi mandado por Joesley à noite, para validar; Que já neste momento o Tomaz foi contratado e foi despachar com o magistrado; Que percebeu que quando estava negociando o contrato com o Tomaz, percebeu que o valor já estava acertado entre ele e o Joesley, que estava ali apenas para formalizar o negócio; Que seria no valor de 4 milhões iniciais e 4 milhões no caso de êxito; Que o pedido inicial seria um total de 15 milhões; Que no final foram propostos 5 milhões e 5 milhões; Que no final ficaram 4 milhões mais 4 milhões; Que no dia seguinte comunica a Eldorado que o contrato foi firmado e neste dia volta ao escritório, já contratado, dia 15 ou 16 de fevereiro de 2017, para discutir estratégias; Que a ideia inicial era não substituir o advogado que estava atuando, Ministro Pertence; Que nessa reunião com o advogado Willer Tomaz, em que ele fez todo um discurso comercial, do trabalho dele, Tomaz disse que ia mostrar a confiança e a qualidade; Que Tomaz disse que ia apresentar um amigo, que então entrou uma pessoa na sala, que essa pessoa seria um procurador da república, de nome Ângelo Goulart, que estaria lotado no Rio de Janeiro, mas estava trabalhando com TSE; Que na oportunidade foi mencionado que Ângelo iria compor a força tarefa da GreenField; Que falou prazer em te conhecer e queria aproveitar a oportunidade pra discutir com ele a causa; Que havia um erro de premissa no relatório da PREVIC e um erro na



medida cautelar proposta pelo Ministério Público; Que era importante o Ministério Público perceber esse equívoco; Que o laudo fala um valor, mas o MPF diz que é outro; Que o procurador, Ângelo, teria então agradecido; Que reconhece o procurador deste dia com o da foto ora apresentada; Que se lembra que aquela apresentação era para provar aquilo que Tomaz já tinha prometido para o Joesley; Que a conversa foi técnica, sobre o caso, naquele momento; Que naquele momento foi falado que ele iria entregar a força-tarefa da Greenfield; Que o procurador ouviu e disse que ia tentar entender; Que não lembra mais tanto do que foi falado; Que ficou constrangido com a situação de conhecer a autoridade ali, naquela situação; Que aquela era um momento crítico e importante para a empresa; Que o procurador seria simpático, a reunião teria ocorrido um pouco antes do almoço; Que seria isso no dia 15 ou 16 de fevereiro; Que seria na semana que o Doutor Anselmo teria pedido medidas cautelares contra a Eldorado; Que falou pro Joesley com espanto sobre o fato de o advogado ter colocado um procurador na sala para falar com ele; Que, na época, depois houve a prisão do Mário Celso; Que depois estratégias jurídicas foram tratadas entre os advogados, tramites normais; Que a prisão do Mário Celso foi no dia 08 de março de 2017; Que o cargo que ele ocupava era de sócio do Joesley na Greenfield; Que após a prisão dele houve a audiência ou reunião dele, entre Mário Celso, acompanhado do filho, o Anselmo e o procurador Ângelo; Que alguns dias depois dessa audiência o advogado Willer Tomaz manda por Whatsapp cópia da portaria nomeando o procurador Ângelo para a Greenfield; Que lembra depois da ligação do Tomaz para tratar sobre a possível delação; Que o Tomas perguntou se seria possível que outro advogado estivesse tratando de colaboração com a PGR; Que, de pronto negou o fato, apesar de confirmar que sempre existe a chance de outro advogado estar fazendo, mas, se isso fosse verdade, o depoente saberia; Que o advogado teria falado: "Cuidado para o Joesley não prejudicar meus amigos";

*[Handwritten signature and initials]*



Que o advogado teria dito ainda que a colaboração já teria 80% do assunto reduzido a termo; Que na outra semana o advogado desaparece, mas depois surge para querer falar com o Joesley, foi quando o depoente intermediou o contato dos dois em Brasília; Que o Joesley aparece em São Paulo depois com a gravação feita no hangar da Ícaro, em Brasília; Que essa gravação seria da audiência com o Mário Celso, com facilidade de se ouvir a voz do procurador Anselmo; Que não lembra de mais detalhes, mas lembra que o Mário Celso xinga o Joesley; Que achava inicialmente que o assunto que o Tomaz queria tratar era possível pedido de prisão do Joesley, mas depois percebeu que se tratava do áudio; Que não recorda exatamente qual seria esse dia do encontro entre eles; Que depois decidiram procurar a PGR; Que depois disso o Mário Celso insistiu para falar com Joesley e Wesley; Que interferiu no Mário Celso pra não falar com eles, pois haveria impedimentos desse contato em razão das cautelares; Que então conversou com o Mário Celso, oportunidade em que o gravou; Que nessa conversa o Mário Celso e o seu filho teriam confirmado que o Ângelo participou mesmo do depoimento; Que o depoente procurou o doutor Anselmo pra falar que havia vazamentos; Que o Anselmo então marcou uma reunião para tratar do tema; Que, depois de algumas informações dadas pelo depoente, o Anselmo associou as informações ao procurador Ângelo, mas que o Anselmo não estava certo de o Ângelo ser o responsável pelos vazamentos; Que depois encontrou com o Willer Tomaz, que estava nervoso, que Tomaz alegou que o depoente estava atropelando o Tomaz, que deveriam discutir mais as estratégias; Que, nessa oportunidade, o Willer Tomaz lhe entregou alguns documentos, que seriam relatórios da FT da Greenfield; Que se recorda de informações referentes a CVM; Que o Tomaz não confirmou que os relatórios foram entregues pelo Ângelo, mas acha que ele não confirmou por receio de estar sendo gravado; Que nesta conversa o advogado Tomaz retomou no tema delação e indagou se um dos assuntos, dos anexos, poderia

*[Handwritten signatures and initials]*



ser da relação entre o Tomaz e o Ricardo, que na hora o depoente mandou o Tomaz esquecer o assunto de delação, que não haveria; Que o depoente confirma existirem detalhes interessantes nos documentos referentes aos casos; Que a letra constante dos documentos não é do depoente, mas não sabe de quem é; Que, ainda na conversa o advogado Tomaz, este reclamou dos honorários, cobrou mais por tudo que estava oferecendo; Que nessa conversa falou que um terço do que cobrou foi pro Juliano Costa Couto, um terço foi para o André e o restante foi pra alguém que não se lembra quem foi; Que até 19 de abril, os contatos diminuíram muito com o advogado Tomaz, mas que perguntou para o Wille Tomaz se havia mesmo remuneração para o procurador, o que foi confirmado, no valor de 50.000,00; Que no mesmo dia, 19 de abril, o advogado, por meio de Facetime, entrou em contato com o depoente, e na conversa mostrou o Ângelo, procurador, que cumprimenta o depoente; que nessa conversa o Willer Tomaz tenta marcar um jantar em São Paulo, mas não comparece; Que no dia seguinte, o Tomaz pergunta: “quem é o advogado que vai na PGR falar em nome de vcs”, porque haveria alguém que estaria indo na PGR tratar de colaboração em nome do grupo econômico JBS; Que o depoente negou o fato e disse que era ele, o depoente, que desde 2007, 2008, por conta de problemas ambientais, representa o grupo perante a PGR; Que a conversa no FaceTime ora referida ocorreu no dia 19 de abril, por volta das 11h44min; Que neste ato, entrega quatro folhas de documentos: (i) Reunião, 31.03.2017, CVM; (ii) Reunião, 31.03.2017, escrito FT da Greenfield; (iii) Reunião, 30.03.2017, escrito Cia Petrobras; (iv) Reunião, 30.03.2017, escrito Petros, todos seguidos de vários tópicos; Que o depoente identifica temas relevantes referentes à Greenfield nos documentos, com detalhes da operação; Que o Willer Tomaz o teria explicado alguns tópicos nos papéis; Que os escritos nos papéis já estavam, não inseriu nada; Que o André lhe apresentou o Juliano Costa Couto, quem por sua vez o apresentou ao

*[Handwritten signatures and initials]*



Willer Tomaz, no escritório deste, na QI 03, Conjunto 01, Lago Sul; Que essas três pessoas receberam uma parte dos honorários, segundo falou o Willer Tomaz; Que apenas teve dois contatos com o Ângelo, uma vez no escritório e outra vez no FaceTime; Que não lembra bem, agora, se o Tomaz falou de valores para ele diretamente sobre os R\$ 50.000,00 para o procurador, mas confirma que sabe do tema, talvez por ter ouvido do Joesley; Que confirma a conversa com o Tomaz para aumento de honorários; Que sobre a conversa do dia 19 de abril, no FaceTime, se recorda que estava no momento na cantina do trabalho, quando o Willer pediu para falar com ele no FaceTime; Que o depoente não saber usar muito a ferramenta; Que quando o depoente consegue atender a ligação, o advogado mostrou o procurador Ângelo; Que o depoente ficou constrangido com a situação; Que nesse Facetime não se falou de colaboração, mas que o advogado marcou um jantar em São Paulo, para o qual Willer Tomaz não compareceu; Que o Willer Tomaz aparentemente iria sozinho ao jantar; Que então marcaram, no dia seguinte, na empresa, foi quando se falou em delação e quando alguém viria na PGR em nome do grupo; Que ainda nesse dia foi marcado em um jantar com o Ângelo em Brasília, na terça-feira, dia 25 de abril de 2017; Que recentemente o advogado Willer Tomaz teria ligado para o Ângelo para tentar agendar a data, mas que não houve o jantar, por conta das negociações da colaboração; Que o depoente, então, desmarcou o jantar do dia 25 de abril de 2017, mas tentou, depois, remarcar o jantar com o Willer Tomaz e o procurador; Que então o advogado Willer Tomaz remarcou o jantar para a próxima quarta-feira, em São Paulo, com o procurador Ângelo, dia 03 de maio de 2017; Que neste ato está entregando os quatro documentos supra referidos. Que nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento.

438



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

FERNANDO ANTÔNIO DE A. A. DE OLIVEIRA JÚNIOR

A handwritten signature in black ink, featuring a large, sweeping initial 'S' followed by several smaller loops.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

A handwritten signature in black ink, appearing as a stylized, cursive 'E' followed by a few loops.

EDUARDO BOTÃO PELELLA

**DEPOENTE E ADVOGADO**

A large, complex handwritten signature in black ink, with many overlapping loops and a long horizontal base.

FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, OAB/PR 16.615